ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

22 de março de 2022

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às 10h00 (dez horas), por vídeo conferência devido a Pandemia do COVID-19, os Conselheiros: Angélica Marques de Pina Freitas, Legiane Rigamonti, Marcelo Colonato, Aparecida Demambro, Fábio Santos, Andréa Leite, Aline e Silva Tenório, Anatalina Lourenço da Silva e Cláudia Chiaroni Afuso, Diretora do DAESC deram início à reunião. O Presidente Marcelo Colonato iniciou a reunião dando a palavra a Diretora do DAESC, Cláudia Chiaroni. Antes da Cláudia começar, o Marcelo avisou os conselheiros de que enviou alguns ofícios para vários departamentos, entre eles sobre as diárias e ele comunicou que não foi permitido abrir a conta digital do banco do Brasil. A rega do Estado é clara, conta corrente no Banco do Brasil, não pode ser conta digital para o pagamento das diárias que serão reembolso e não por antecipação. Ele afirmou que em outros estados é antecipação. Afirmou também que em outros estados é antecipação e não reembolso como no Paraná, Espírito Santo, Rio de Janeiro e outros. Ele disse que por lei o Estado é obrigado a dar o suporte para o pleno funcionamento do CAE, o que não está acontecendo, ele dá a diária e disponibiliza o veículo se o conselheiro tirar do próprio bolso primeiro e depois será reembolsado, isso não pode porque são voluntários, não remunerados e muitos não tem dinheiro para isso. Desta forma acarretará problemas na Prestação de Contas porque se não tem como viajar para fiscalizar, como será respondido o questionário? Ele disse que o melhor caminho será avisar o Ministério Público para que seja resolvida esta questão o mais rápido possível e desta forma as visitas de fiscalização possam ser realizadas sem prejuízos. Na Prestação de Contas ele irá informar a gravidade do problema e a mesma poderá ser reprovada e o recurso será bloqueado. O Plano de Ação do CEAESP foi feito em 2019, e em 2020 não deu para dar início, pois a pandemia surgiu prejudicando 2020 e 2021. Agora em 2022 serão iniciados os Encontros Regionais, que são 15 e juntamente com os CAES municipais para estreitamento de laços e ajuda mútua. Exemplos Bauru, São José do Rio Preto, não tem como ir e voltar no mesmo dia, que só de ida e volta serão gastas 10 horas. A Anatalina gostaria de saber se tem alguma informação sobre QR Code porque ela recebeu uma denúncia de que os alunos teriam que apresentar uma carteirinha para leitura do QR Code

e a mãe de um aluno disse que se forma uma fila enorme, acaba o horário do intervalo e as crianças não conseguem comer, não pode repetir a refeição, então ela gostaria de saber se isso procede. O Conselheiro Fábio pediu a palavra para falar sobre as visitas que ele e a Legiane fizeram na região de Embu, como foi a primeira vez que ele participou de uma visita técnica, deixou para a Legiane relatar como foi. As escolas são: EE Profª Marlene Aparecida Maia Olberg e EE. Alexandrina Bassith. A primeira escola é de ensino fundamental e médio, espaço legal, nesta escola teve uma questão da carne moída que chegou com uma coloração estranha. Eles entraram em contato com a Andressa da DE e ela pediu para eles isolarem a carne, ligou para o fornecedor e a informação foi descartar esta carne e o fornecedor voltou e fez uma nova entrega. A dúvida da Legiane é se essas empresas sofrem algum tipo de penalidade quando isso acontece. A Cláudia disse que sempre terá uma penalidade. O Fábio disse que quando ele questionou no grupo, o Dirigente disse que a carne estragou na escola por falta da energia que havia acabado no final de semana. Na verdade, não faltou a energia na escola e a carne já chegou com a coloração diferenciada e já foi separada e notificada no mesmo momento para a DE. Se pegar o relatório vai ver que foi informado no mesmo momento sobre o estado da carne e o dirigente informou uma outra coisa, que na verdade não existiu. Isso é muito grave. Na escola não queriam receber a carne e o entregador não queria levar de volta, então a escola ligou para a DE, falou com a Andressa e ela orientou para que armazenassem em um local diferenciado já que o entregador se recusava a levar de volta. O Marcelo falou para a Cláudia que acha que os dirigentes que fazem esse tipo de coisa, tentam contornar a situação “resolvendo” do que informar o DAESC e passar por incompetente, usando uma melhor maneira de abafar o caso. A Cláudia disse que todos possuem uma apresentação de como agir como recebem mercadoria na escola, o que precisam fazer, o que precisam olhar, quando comunicar a DE, quando não receber. Eles sabem todo o procedimento. Tudo é feito via sistema, mas a escola precisa entrar, cadastrar, comunicar. Ela disse que por conta dos dois anos sem aula normal por conta da pandemia, eles estão passando novamente todos os procedimentos para as escolas porque estão sendo insuficiente, parece que “esqueceram” os procedimentos rotineiros. Com isto a Cláudia explicou que não tem como “maquiar” a informação. O Fábio disse que entende que esta não é a recomendação da Secretaria, mas que os próprios dirigentes usam deste meio para que a

informação não chegue até a Secretaria e ele consiga resolver por si só, sem que o departamento fique sabendo, caso contrário, porque a dirigente teria contado outra versão dos fatos quando questionada. O dirigente não só omitiu, como mentiu sobre a real situação e isso é muito grave, ele escondeu a verdade. O Marcelo lembrou a Cláudia que algo similar havia acontecido, quando o CAE recebeu denúncia do hortifrutigranjeiro entregue em caixas de madeira, o dirigente sabia e não comunicou o DAESC e o departamento prontamente resolveu o problema. O que ele frisa é que talvez os dirigentes façam coisas desse tipo para tentar resolver sozinhos e não passar como incompetentes, mesmo assim, estão fazendo errado em não comunicar. Ele falou também que recebeu denúncias do hortifrutigranjeiro e que a Legiane e o Fábio identificaram nas visitas, são vários municípios com este problema, inclusive São Roque. Em um dos casos em duas escolas só estava ofertando atum a semana inteira. Disseram que até arroz e feijão está com dificuldade nessas escolas. O CAE municipal que foi quem passou a denúncia, pediu autorização para poder fazer a visita de fiscalização e depois enviar para o CEAESP o relatório. O Marcelo acha legítimo, os conselhos municipais que quiserem fiscalizar mediante autorização prévia do CEAESP, enviam o relatório e será válido mesmo porque o CEAESP não consegue visitar todas as escolas dos 645 municípios. O Marcelo aproveitou e passou os municípios para a Cláudia que estão com problemas no hortifruti, são eles: Taboão da Serra, Embu, São Roque, Santos, Vale do Ribeira e Guarulhos. Dentre as reclamações recebidas, alguns itens estão em falta como a cenoura, o Marcelo questionou a Cláudia se ela sabia e gostaria de saber se estes itens não entregues são pagos. Ela explicou que só é pago a guia entregue com o produto. Não tem como pagar por um produto que não foi entregue. A Legiane disse que o problema no hortifruti é a qualidade. Muita coisa chegando amarelada, em algumas escolas não tem dia certo para a entrega, então o que acontece, eles entregam uma quantidade grande, demora para entregar, não tem geladeira suficiente para armazenar, entregas próximas de servir, o item muito maduro, desta forma acaba estragando. Na segunda escola que forma, a EE. Alexandrina Bassith estavam com problema com os ovos, a quantidade era enorme, havia ovos espalhados na cozinha que é pequena, tem ovos nos estoques que são dois. Disseram que os ovos já chegam estragados e a Legiane perguntou se não era por estarem fora da geladeira, desta forma a durabilidade é menor, mas as merendeiras disseram que não, que

tem ovos que chegam no dia e quando vão utilizar já estão estragados. A Legiane perguntou para a Cláudia, até que ponto a nutricionista da terceirizada ajuda nessas questões do hortifruti porque as nutricionistas do Estado não conseguem ir a todas as escolas, porque estão resolvendo vários fatores nas Des. Ela disse que se o Estado tivesse mais nutricionistas ou técnico, estes problemas seriam sanados pela metade. A Cláudia explicou que eles não podem quantificar, eles contratam o serviço e a empresa envia a quantidade que ela acha necessária de mão de obra. O importante é dar conta dos postos de trabalho. A Cláudia respondeu a pergunta da Anatalina sobre o QR Code, eles fizeram um piloto em 2021 com dez escolas, efetivamente uma testou mais os passos. A intenção é melhorar muitas coisas e para isso precisa identificar quantos alunos comem na escola. No programa colocavam a foto do aluno, para gerar a carteirinha com o QR Code e o departamento acompanhou estes lançamentos. Se das dez escolas, oito fizeram todos os passos era para testar, na verdade cada uma fez um pedaço. Agora, a meta é colocar o projeto em funcionamento ainda este ano. A Cláudia explicou que na escola, com o celular eles leem o QR Code na entrada para saber a quantidade de alunos que irão comer, isso é para saber quantos comem, não é para impedir nada, nem repetição. É uma forma da escola acompanhar a alimentação escolar. É para saber exatamente quem come, os horários que comem. Se o aluno não tirar a foto, não tem problema, poderá se alimentar da mesma forma, o QR Code será lido do mesmo jeito. O Marcelo passou a palavra para o Robson Giordano, Diretor do DESUP, departamento responsável pelas licitações e suprimentos. Ele pediu para esclarecer sobre a Empresa Silvas Negócios. O Robson explicou que existem duas infrações, uma que é da má qualidade dos produtos que ela está entregando, esse processo não passa pelo DESUP, ele não viu e não tem informações. A outra questão é o processo que ela está sofrendo, foi feita uma licitação, ela estava sagrando-se vencedora, apresentou os atestados de capacidade técnica e todos os documentos, aí uma outra empresa questionou que havia uma divergência nos atestados, ela diz uma data e a empresa que emitiu diz outra e o DESUP não tinha percebido isso na licitação. Foram atrás da empresa que emitiu o atestado e não conseguiram entrar em contato com a empresa. Diante da incapacidade de provar que o atestado que ela emitiu não era verdadeiro, inabilitaram aquela licitação e abriram um processo sancionatório para averiguar. O DESUP fez um relato da ocorrência e mandou para o gabinete. O

gabinete determinou outra pessoa para conduzir o processo sancionatório. A empresa já foi notificada, terá cinco dias para responder, o responsável para analisar a resposta, se ela tiver provas inequívocas que aquele atestado que ela emitiu é verdadeiro e não mentiu na licitação, o processo acaba. Agora se ela não conseguir comprovar, a servidora responsável vai propor a sanção dela, manda o processo para a Consultoria Jurídica – CJ, eles avaliam, depois volta para o gabinete. A Legiane comentou sobre as Chamadas Públicas, explicou que ela e a Angélica fazem parte da comissão, mas como é apenas para ver a abertura do envelope, ela acha que qualquer conselheiro possa fazer isso já que não participa de nada, só mesmo da abertura do envelope. Ela pediu para que o nome dela seja desvinculado. O Robson explicou que para as Chamadas Públicas de 2022 tem uma nova resolução na qual, tem atribuições e indicações dos membros, tanto do DAESC quanto do DESUP, ele entende que o CAE não precisa estar na comissão, porque o Conselho tem um trabalho fiscalizatório, não acha adequado o CAE fazer parte da comissão, estará participando da abertura da licitação, então, não tem como fiscalizar aquilo que ele não tem escopo. O Robson avisou que toda Chamada Pública, eles irão avisar o Marcelo com antecedência por e-mail para que os conselheiros possam se organizar e comparecer. Ele ainda disse que por agora as Chamadas Públicas são: banana que será no dia 06/04, duas que estão na fase de pesquisa de mercado que seria laranja e tangerina, nesta semana já concluiu e já faz o edital e envia para a Consultoria Jurídica e uma que está sendo planejada. A Angélica entregou a carta de afastamento do Conselho por três meses para a sua licença maternidade. A Legiane acha que quatro pessoas para fazer visita fiscalizatória nas escolas é muita coisa, então o Fábio a sugeriu ir com a Anatalina com o carro da Secretaria e ele e o Marcelo iriam em outras duas escolas no carro particular dele. O Marcelo disse estar muito preocupado com a questão da goiaba que era para ser entregue 100 e estavam entregando 75 e o entregador pegou 25 goiabas de outra entrega para complementar. A Andrea disse que na escola onde ela trabalha, a merendeira para o que está fazendo, pega a balança e pesa tudo o que chega do hortifruti. O Marcelo gostaria de saber se os conselheiros concordam em liberar para que os CAES municipais que queiram fazer as visitas fiscalizatórias, mediante ofício prévio e temporário possam fiscalizar as escolas dos municípios e enviar o relatório para o CEAESP para que possa tomar as devidas providências e todos aceitaram. A Legiane e a Angélica explicaram por cima sobre a nova

Resolução 06 e o Marcelo sugeriu que fosse lida na próxima reunião ordinária mensal do CEAESP. Nada mais tendo a acrescentar, eu, Mirian Fidelis Guimarães, redigi a presente ata que será assinada por mim e por todos os presentes.

São Paulo, 22 de março de 2022.

Marcelo Colonato Presidente do CEAE-SP	Legiane Rigamonti Conselheira
Aline Tenório Conselheira	Angélica Cristina Conselheira
Ausente Lucinete Rodrigues Conselheira	Ausente Lindinalva Teodoro Conselheira
Andréa Silva Conselheira	Aparecida Demambro Conselheira
Anatalina Lourenço Conselheira	Ausente Ana Cristina Vuitik Conselheira

Fábio Santos	Mirian Fidelis Guimarães
Conselheiro	Secretária Executiva